

## CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

Síntese da **Análise de Conjuntura** apresentada na 58ª Assembleia Geral realizada de 12 a 16 de abril de 2021

### O POVO DE DEUS SOFRE COM A DOENÇA E A FOME

“O desafio que enfrentamos nos une a todos... este não é um tempo para a indiferença, porque o mundo inteiro está sofrendo e deve sentir-se unido ao enfrentar a pandemia” (PAPA FRANCISCO, *Urbi et Orbi*, 12 de abril de 2020).

#### 1. Introdução

O mundo inteiro já passava por graves problemas quando explodiu a pandemia. Havia um aprofundamento da crise econômica e um aumento das tensões políticas em quase todos os cantos do planeta. O coronavírus foi um catalisador. O Papa Francisco já falava, em 2019, da necessidade de se modificar “uma economia que mata”! O quadro, todavia, não era apenas na economia. Nos campos das políticas, das relações sociais e humanas, das ecologias, das exclusões e desigualdades, bem como em tantas outras, havia muitas e profundas tensões estruturais e conjunturais. Estas se agravaram em 2020 e 2021, a partir de uma nova geopolítica do coronavírus. Há o risco, conforme alertou o Papa Francisco, de ocorrer um “genocídio viral”.

Chegamos até aqui após um século em que as mudanças foram muitas e ganharam uma velocidade muito grande. Um dos aspectos importantes é que o dinheiro e as finanças ganharam muita autonomia e passaram a dominar a política. A financeirização das relações entre os países e as economias passou a produzir crises continuamente.

Em 2021 a humanidade sofre com uma gravíssima pandemia e sua sobrevivência está colocada à prova. A frase pode parecer exagerada, mas não o é se considerarmos que a crise sanitária da COVID-19, que se tornou uma tragédia global, ainda pode nos causar muito sofrimento e que, segundo cientistas no mundo todo, devido às agressões ambientais, outras pandemias estão por vir. As consequências perdurarão pela próxima década e o mundo que sairá tende a ser menos previsível, mais dividido e mais desigual que antes.

Nos últimos doze meses a pandemia tem modificado significativamente a economia, a sociedade, o meio ambiente e a cultura dos povos na nossa “casa comum”. Nesse sentido, realizar uma análise de conjuntura na atualidade tornou-se um intento que envolve desvelar a situação da profunda crise sanitária e seus impactos nas diversas dimensões da sociedade. Para além da descrição dos acontecimentos, é também um esforço para compreender a causa de estarmos nesta situação e a dinâmica dos acontecimentos, bem como para buscar luzes que possam auxiliar na travessia desse triste momento histórico.

Tudo isto se processa em um mundo em mudança, com relações internacionais em que cresce o papel da China, muda a forma de presença e de intervenção dos Estados Unidos no mundo, aumenta o nacionalismo pandêmico em grande parte dos países e a América Latina passa por uma de suas piores crises, exigindo uma ação conjunta e articulada.

Diante de um quadro muito complexo, com tantas questões que podem fazer parte dele, o esforço desta análise de conjuntura prioriza alguns temas e deixa outros para um segundo momento. Destaca-se a pandemia, a economia e a política brasileira, com alguns elementos culturais e sociais. Importa, neste caso, oferecer subsídios para uma posição da Igreja do Brasil, sobretudo em um contexto no qual o Povo de Deus sofre com a doença e a fome.

## **2. O maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil**

No momento, todas as luzes de alerta estão ligadas em relação aos críticos indicadores de agravamento da pandemia no Brasil. E o mundo nos olha com perplexidade. A quantidade de óbitos é superior aos 330 mil, com uma média móvel diária, em abril, acima de 3 mil.

Segundo o boletim extraordinário do Observatório COVID-19 da Fiocruz a situação assumiu contorno extremamente grave. Nas palavras dos pesquisadores responsáveis por essas informações, **estamos vivendo o “maior colapso sanitário e hospitalar da história do Brasil”**. Segundo os analistas da Fiocruz, **a situação deve piorar porque a** evolução dos últimos números mostra uma tendência muito difícil de ser freada na ampliação da ocupação dos leitos de UTI, dadas as filas de espera por eles, o que demonstra o colapso no atendimento. Além dos óbitos por COVID-19, contabilizados de forma direta, a falta de assistência atinge outras causas de internação (doenças cardiovasculares, neoplasias, doenças do aparelho digestivo, entre outras), resultando em aumento da mortalidade, agravamentos e danos permanentes à saúde da população e criação de um passivo por assistência. O remanejamento logístico de pacientes entre municípios, regiões ou estados, que ocorreu anteriormente, não é mais possível devido à sincronização dos estágios da epidemia, que se propaga de forma simultânea no país.

Devido a essa sobrecarga do sistema, os trabalhadores da saúde têm enfrentado uma carga excessiva de trabalho, que resulta em adoecimento. Em Boletim Epidemiológico Especial COVID-19, do Ministério da Saúde, informou-se que, até 1º de março de 2021, 144.420 casos de Síndrome Gripal suspeitos da COVID-19 em trabalhadores de saúde foram notificados no e-SUS. Segundo a Fiocruz, “Além das longas jornadas, do isolamento da família e amigos, do trabalho sob pressão e do medo de adoecer soma-se a preocupação com a falta de equipamentos de proteção individual (EPI) e de materiais críticos para a assistência, que geram forte impacto psicológico”.

Acresce-se a esse desgaste dos profissionais e à insuficiência de quadros para dar conta dessa grande e demorada pandemia a percepção de que o pessoal da linha de frente da assistência está convivendo com outros fatores de tensão: falta de oxigênio para os pacientes em alguns locais e baixa dos estoques de analgésicos, sedativos e bloqueadores musculares usados para a intubação de pacientes em UTIs.

## **3. A importância da vacina e do distanciamento social para a superação da pandemia**

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e cientistas do mundo inteiro vêm orientando que três ações são fundamentais no combate à pandemia: o uso das máscaras

e a limpeza constante das mãos; o distanciamento social com *lockdown* nas situações mais graves; a vacinação em massa da população. Os números atuais do contágio e o colapso da assistência aos doentes, devido à saturação do sistema hospitalar, indicam a necessidade de medidas fortes e urgentes no que toca à vacinação e ao distanciamento social.

Em relação às vacinas, não deveríamos ter chegado a essa situação, principalmente porque somos um dos poucos países no mundo que tem um sistema universal de saúde (o SUS) e possuímos uma larga experiência com desenvolvimento de vacinas e campanhas de vacinação em massa. No entanto, só em dezembro o Governo Federal começou a desenvolver ações concretas em relação à compra de vacinas. Para diminuir o impacto dessa demora, os especialistas apontam a necessidade urgente de variar o portfólio de fornecedores de vacina.

Com relação à campanha de vacinação, os números estão muito aquém do necessário. Embora a última meta estabelecida pelo Governo Federal fosse a de vacinar 50% da população brasileira (105 milhões de indivíduos) até junho desse ano, o que inclui os 77 milhões de pessoas dos grupos prioritários (idosos, profissionais da linha de frente, indígenas, indivíduos com comorbidades e profissionais do ensino e das forças de segurança), considerando a velocidade atual de vacinação, muito possivelmente essa meta não será cumprida. Quanto ao distanciamento social, observa-se que nunca foi feito de forma plena e organizada em todo o país. Tivemos estados e cidades que fizeram um bom planejamento. No entanto, quando não se tem uma ação nacional articulada, uma região que se descuida contagia a outra e a epidemia avança. A situação exige medidas de distanciamento social mais radicais e coordenadas nacionalmente.

#### **4. Crise Sanitária e Crise Econômica**

No último ano a sociedade brasileira conviveu com um falso dilema: ou se priorizava o combate à pandemia, ou se priorizava o crescimento econômico e os empregos. Segundo esse raciocínio, o combate à pandemia com medidas de isolamento social agravaria a crise econômica, aumentaria o desemprego e criaria uma situação ainda mais grave. Foi com base nesse argumento que setores do empresariado e governantes defenderam, e ainda defendem, medidas brandas de distanciamento social e a manutenção das atividades econômicas, em claro desacordo com as posições de cientistas e de pesquisadores da área da saúde. Segundo setores do empresariado e do governo, manter a economia funcionando seria a escolha mais acertada, mesmo que a crise sanitária se agravasse.

Trata-se, sem dúvida, de um falso dilema. Hoje não é possível ter mais dúvidas de que a crise econômica e a crise sanitária estão fundamentalmente correlacionadas. Uma análise dos dados econômicos mundiais mostra que é impossível controlar a pandemia sem a manutenção dos investimentos públicos e fomento à economia, mantendo renda e condições de vida às famílias e pequenos negócios, condições essenciais à adesão das pessoas às práticas de isolamento social. Aqueles que estão tendo maior sucesso no combate à pandemia são os que têm agora melhores condições para a retomada de sua economia.

Não é por acaso que as economias mais avançadas do mundo investem pesado na vacinação em massa, no aprofundamento de medidas de isolamento social, apoiadas

por ajudas financeiras efetivas para manter as pessoas em casa e injetam recursos na economia, garantindo juros baixos, para fazer o dinheiro circular.

Na contramão dessa história, a sociedade brasileira, que hoje convive com o colapso no sistema de saúde e com recordes de mortalidade por conta da pandemia, em breve poderá conviver, também, com o colapso no sistema econômico, pela adoção deliberada de medidas de austeridade (pró-cíclicas) em um contexto já de estagnação econômica. Os indicadores econômicos e a conjuntura política apontam, na conjuntura atual, na direção de aprofundamento da crise econômica e sanitária. Fome, miséria e desesperança também matam. E podem matar tantos ou mais do que a COVID-19. A crise social salta aos olhos, em especial nas periferias das grandes cidades.

#### **4.1. Taxa de Câmbio**

O Real foi a 6ª moeda que mais se desvalorizou no mundo em 2020, com relação ao dólar estadunidense. E tudo indica que deve continuar entre as mais desvalorizadas nos próximos meses. Comparativamente às 30 moedas mais negociadas do mundo, no período, o Real foi a que mais se desvalorizou.

A variação da taxa de câmbio depende dos movimentos de entrada e saída de dólares do país. Se o movimento de entrada de dólares (exportações, investimento direto estrangeiro, aplicações financeiras no Brasil *etc.*) for menor do que o movimento de saída de dólares (importações, remessas de lucros, desaplicações financeiras *etc.*) o preço do dólar tende a subir, que é o que acontece. Em geral, em um contexto de economia aberta ao exterior, quando há um aumento na percepção de riscos e incertezas quanto aos rumos da política econômica, o fluxo de saída de dólares nas economias emergentes tende a aumentar, levando à desvalorização de suas moedas.

Uma pandemia global, por si só, já contribuiria fortemente para isto. Mas, no caso brasileiro, além da ausência de controle sobre a entrada e saída de capitais, a desastrosa política de combate à doença, o negacionismo quanto à sua gravidade e o consequente descaso quanto às medidas cientificamente recomendadas, colocam o país no epicentro da pandemia. O descontrole na gestão do processo, o número absurdamente elevado de mortos, as taxas recordes de mortalidade e as incertezas quanto à política de combate à COVID-19, aliados ao estímulo da especulação com o dólar (com as chamadas operações de swap do Banco Central) e, ainda, aos sinais contraditórios emitidos pelo Governo Federal quanto aos rumos da política econômica, agravam o cenário de incertezas, afugentando investimentos e aplicações financeiras do país e provocando uma das maiores fugas de capital da história, o que pressiona ainda mais a taxa de câmbio.

Essa forte desvalorização do real teve e ainda pode ter um efeito positivo sobre os números das nossas exportações, majorando seus volumes no mercado internacional, além de aumentar consideravelmente a rentabilidade do agronegócio ao grande produtor. Não é por acaso que o setor mantém um forte sustentáculo político do atual Governo. Esse efeito, entretanto, não deve ser comemorado acriticamente. Pelo contrário, a expansão desenfreada do agronegócio e o aumento dos volumes de exportação geram desequilíbrios incomensuráveis de ordens ecológica, social e ambiental.

Um desses desequilíbrios, o social, evidencia-se com o forte impacto nos preços internos, pressionando os índices de inflação, principalmente pelo aumento no preço das “*commodities*” (alimentos e matérias-primas) e dos produtos importados, o que tende a se refletir nos demais preços internos, como, por exemplo, o caso do trigo, importante matéria-prima da indústria de alimentos, que é importado e, portanto, sujeito às variações do dólar.

O quadro ainda é mais grave por conta da política de preços da Petrobrás, que adota desde 2016 a política de paridade ao preço de importação que acompanha os preços internacionais (em elevação), em dólar (em valorização), encarecendo os combustíveis e, por decorrência, afetando todos os setores da economia nacional por conta da matriz de transportes do país.

## 4.2. Inflação

A inflação no mês de fevereiro, medida pelo IPCA – índice que considera as cestas de consumo das famílias brasileiras – subiu a 5,2% em 12 meses. Esse índice ainda está dentro da meta estabelecida pelo Banco Central. Mas, apesar desse intervalo estar sendo cumprido, as expectativas não são otimistas.

A pressão inflacionária decorre principalmente de pressão dos preços administrados, em especial dos combustíveis (devido à política de preços paritários aos preços de importação adotados pela Petrobras, antes mencionada); à alta dos preços de alimentos (em decorrência de erros de política agrícola e agrária voltadas para estimular o agronegócio de exportação), e à desvalorização cambial (causada principalmente pela especulação provocada pelo próprio Banco Central com a excessiva oferta de contratos de swap cambial, atividade considerada “tecnicamente especulativa”).

Diante disso, os movimentos relevantes a serem observados são:

1- Elevação da Taxa Selic: a atual taxa, comparada à inflação, implica taxa de juros real (taxa de juros – inflação) negativa. Porém, o setor financeiro ganha taxas de juro muito maiores, de quase 9% ao ano (no caso da dívida pública) ou infinitamente mais nas taxas de mercado cobradas em empréstimos a pessoas físicas e jurídicas sendo, por isto, insustentável nas atuais condições da economia brasileira;

Risco inflacionário: a inflação no atacado, que já passa de 20% nos últimos 12 meses, pode estar sendo repassada ao consumidor. Logo, o índice de 5,2% nos últimos meses poderia ser apenas o início de uma aceleração notável da inflação;

Conjugando os dois pontos acima, teríamos novas rodadas expressivas de aumento dos juros;

Ademais, não bastasse a trajetória recente, ainda há que se considerar a trajetória futura. Com os pacotes de ajuda nos EUA alcançando a cifra de trilhões de dólares em cada rodada, o dólar tende a se valorizar com relação a outras moedas importantes (e mais ainda em relação ao real) e aumentar o preço de *commodities* no mercado internacional (petróleo, neste 2021 já subiu 34%, soja 6%, milho 13% *etc.*) que somados a desvalorização do real (7% nesse ano) afetam em especial o preço dos alimentos e bebidas, combustíveis e gás de cozinha, itens com maior peso entre os mais pobres.

## 4.3. Taxa de Juros

O pagamento dos juros da dívida pública deve continuar como a maior prioridade da política econômica, em especial depois da aprovação da EC 109 que dá prioridade absoluta aos gastos com a dívida, obrigando todos os entes federados a realizar uma política recessiva de ajuste fiscal. Tal medida possibilita enorme transferência de recursos para os bancos e para os grandes aplicadores do mercado financeiro. Essa prioridade já estava evidente quando da apresentação do projeto de lei orçamentária pelo Governo Federal com a previsão de R\$ 2,2 trilhões de juros e amortizações, em transferência de recursos públicos para aplicadores do mercado financeiro em 2021, somente nessas duas rubricas.

É conveniente ressaltar que o mesmo projeto de lei previa um gasto com saúde de R\$ 118,4 bilhões, aproximadamente um terço do que se pretende pagar de juros, em um ano de pandemia. O orçamento de 2021 foi aprovado pelo Congresso Nacional em 25/03/2021 e o *lobby* dos grandes bancos e de seus aplicadores garantiu que esse quadro pouco se alterasse.

Não obstante, a queda na arrecadação pública e as pressões por aumento nos gastos com Saúde e Assistência Social, preocupam o mercado financeiro, uma vez que poderiam inviabilizar o cumprimento do chamado “teto de gastos” e o pagamento integral dos encargos da dívida.

Entretanto, as últimas decisões reiteradas pelos poderes Executivo e Legislativo têm sido no sentido de reduzir tais preocupações, mesmo em detrimento das condições de vida digna da população. Tem-se aí, por exemplo, o esforço do Ministério da Economia em tentar incluir a garantia desses pagamentos em quase todas as medidas legais apresentadas pelo executivo, a exemplo da permissão para transferência de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico para remunerar os aplicadores do mercado financeiro.

Nesse sentido, os setores rentistas continuam mostrando força. Na contramão do que fazem os mais importantes bancos centrais, que procuram manter reduzidas as taxas de juros para tentar alavancar o crescimento econômico, o Comitê de Política Monetária (COPOM) elevou, em reunião recente, a taxa básica de juros Selic em 0,75%, acima da expectativa do mercado, que era de 0,5%, e já sinalizou com outro aumento igual para a próxima reunião. Tal medida não ataca as causas da inflação, ou seja, o aumento dos preços administrados pelo próprio governo (combustíveis, por exemplo) e o modelo agrícola voltado para a exportação, com isenção tributária e, também, não deve conter a desvalorização do real, devido ao elevado grau de incertezas e riscos que o país representa para os capitais internacionais. Além disso, como vimos, a pressão inflacionária não tem como estimulador o aumento de demanda, mas, sim, de pressão nos custos decorrentes do preço das *commodities*, sobre os quais o aumento das taxas de juros não tem impacto significativo.

De qualquer forma, a mudança da política monetária e a elevação dos juros internos tende a ser mais um obstáculo à retomada do crescimento econômico, além de ampliar o custo da dívida e a transferência de recursos ao mercado financeiro num cenário de finanças públicas já combalidas.

#### **4.4. Atividade Econômica**

As pesquisas da indústria e do comércio demonstram que o auxílio emergencial foi importante para reativar o comércio e vários serviços após a queda significativa de abril de 2020, auge anterior das políticas de distanciamento social no Brasil. Contudo, ainda que tenha sido relevante não foi suficiente para colaborar com uma trajetória consistente, refletido na queda da atividade varejista nos meses de dezembro de 2020 e janeiro de 2021 e uma queda resistente dos serviços, em especial os da cadeia do turismo e os serviços prestados às famílias.

Nesse contexto, a massa total de rendimentos advinda do trabalho teve queda real de 3,6% em 2020. Assim, demonstra-se que o auxílio emergencial é um paliativo com dimensão social e de garantia de renda mínima, mas uma efetiva recuperação se daria tão somente com medidas macroeconômicas anticíclicas de vulto, somadas às plenas condições sanitárias devolvidas ao curso normal.

A indústria apresenta comportamento divergente do setor terciário, com uma recuperação gradual embora tímida, após a queda decorrente da pandemia no primeiro semestre de 2020, tendo voltado a apresentar queda de 0,7% em fevereiro de 2021. Ainda assim, com novas interrupções e com vários setores sentindo a ausência de matérias primas para o abastecimento da linha de produção, interrompendo o abastecimento do varejo e resultando inclusive em estabelecimento de férias coletivas em alguns setores. Desse modo, tenderemos a registrar no primeiro semestre de 2021 comportamento próximo ao de 12 meses atrás e com o conseqüente reflexo no crescimento econômico geral.

Diante deste quadro, a provável tendência para 2021, tanto no Brasil, como na América do Sul, é de uma retomada da economia no formato da letra “K”, mais forte no segundo semestre de 2021, num formato distinto das tradicionais apostas dos especialistas. Estes usam geralmente uma série de letras para explicar as curvas de atividade econômica. A recuperação na forma da letra “K” indica que uma parcela da economia vai reagir de forma diferente da outra. Os setores da economia mais capitalizados, a área de tecnologia, o mundo financeiro e o agronegócio produtor de *commodities*, especialmente no Brasil, sairão mais fortes desta crise. Setores como serviços, comércio e pequenas empresas, sem acesso a financiamentos e programas de apoio, sairão muito mais enfraquecidos, além dos que estão no mundo informal, subempregados, desencantados e desalentados.

Há várias medidas em curso. A questão é que as medidas em curto prazo determinarão, em grande medida, as de médio e longo prazo. Essas perspectivas poderão integrar-se para reconfigurar o modelo econômico até uma transformação produtiva com sustentabilidade e igualdade. A tendência, contudo, é que não.

O Brasil, além de uma série de problemas sociais, tem tido muita dificuldade em temas como a preservação do meio ambiente. Quase 10 mil quilômetros quadrados foram desmatados na Amazônia legal só em 2020. As principais regiões afetadas estão nos estados do Mato Grosso, Pará, Rondônia e da Amazônia. E as principais causas estão relacionadas ao avanço da mineração, da extração de madeira ilegal. Especialmente em áreas de reserva indígena.

Além disto, há uma escalada de propostas legislativas que tentam piorar o quadro socioambiental brasileiro, como a legalização da grilagem, a fragilização do

licenciamento ambiental, a abertura de terras indígenas para mineração (o PL 191/2020) e aumento da liberação de agrotóxicos. Em síntese, são propostas que pretendem modificar as regras para o uso e ocupação do solo, legalizando atividades até então ilegais.

#### **4.5. Mercado de Trabalho**

No mercado de trabalho, a despeito da utilização do auxílio emergencial e seu impacto favorável para o aquecimento da economia, o desemprego bateu recordes ao final de 2020 na maioria dos estados brasileiros, de acordo com dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios).

A população empregada com carteira de trabalho assinada, portanto coberta pelos programas de assistência ao trabalho, somou apenas 30,6 milhões, um recuo de 7,8% em relação ao final de 2019. Ainda mais grave, a pesquisa aponta que pela primeira vez mais da metade da população brasileira com idade para trabalhar, está desocupada ou fora da força de trabalho.

E a informalidade é enorme: em final de 2020, segundo o IBGE, 38,7% da população ativa, representando 33,3 milhões pessoas, trabalhavam sem carteira assinada (empregados do setor privado ou trabalhadores domésticos), atuavam sem CNPJ (empregadores ou empregados por conta própria) ou eram trabalhadores sem remuneração.

#### **4.6. Política fiscal e transferências**

O terrível quadro econômico do ano passado não foi pior, em parte, por conta da política fiscal adotada para mitigar os efeitos da pandemia. Renúncias tributárias, transferências de renda às famílias – principalmente o auxílio emergencial –, transferências a estados e municípios para enfrentar a pandemia, programas de apoio ao emprego e à renda e programas de garantias de crédito às empresas, especialmente micro, pequenas e médias, foram fundamentais para colocar um limite na recessão do segundo trimestre e possibilitar a rápida retomada da segunda metade do ano passado.

Contudo, sob os aspectos do déficit, considerando-se ainda a queda da arrecadação decorrente da redução da atividade econômica e ao aumento das despesas de saúde, esses valores resultaram em um déficit primário de 9,5% do PIB em 2020, e em um aumento da dívida bruta do governo geral, elevando-a para 89,2% do PIB, conforme dados do IPEA.

Portanto, o quadro fiscal, que já era precário antes da pandemia, deteriorou-se acentuadamente.

Segundo dados do Tesouro Nacional, foram enviados pela União aos Estados, em razão da pandemia da COVID-19, em 2020, cerca de R\$ 76,9 bilhões. Os valores incluem as transferências diretas ao caixa dos governos estaduais (R\$ 37 bilhões), bem como a recomposição do Fundo de Participação dos Estados (R\$ 7,4 bilhões) e a suspensão temporária de dívidas com o governo federal (R\$ 32,5 bilhões).

Dos R\$ 37 bilhões em transferências extraordinárias, R\$ 7 bilhões tinham de ser destinados exclusivamente para a Saúde. O restante era de uso livre por parte dos



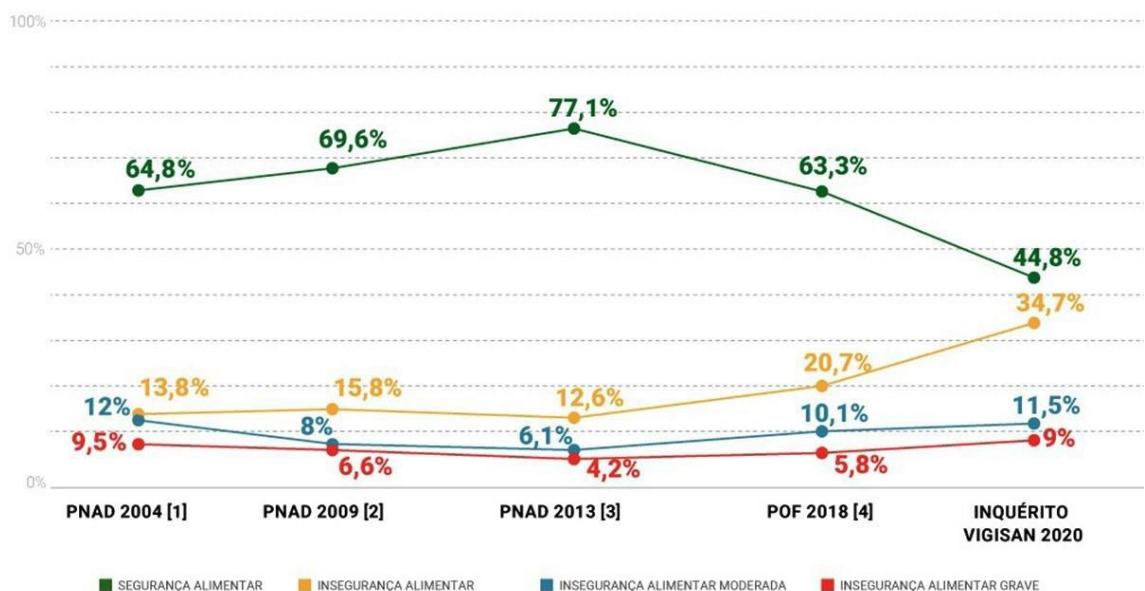
governadores. Em valores absolutos, São Paulo (R\$ 20,0 bilhões), Rio Grande do Sul (R\$ 8,4 bilhões), Minas Gerais (R\$ 7,9 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 7,8 bilhões) foram os estados mais beneficiados.

Muitas vezes, em discussões feitas pelo atual Presidente da República e seus seguidores, apresenta-se valores de até R\$ 1,1 trilhão aos Estados em 2020. Neste número, estão incluídas todas as transferências (obrigatórias e extraordinárias) feitas a estados e municípios no ano passado, além dos valores do auxílio emergencial, que não vão para os cofres estaduais, mas diretamente na conta dos cidadãos.

#### 4.7. Fome

Provavelmente, o indicador mais grave desta crise econômica decorrente da pandemia e da falta de gestão é a fome. Esta retornou forte no Brasil já em 2019 e piorou no período de 2020 e 2021. Quem acompanha os esforços de apoio aos grupos mais vulneráveis tem observado de perto o crescimento de famílias em quadro de insegurança alimentar em diversos níveis. Veja-se o gráfico abaixo:

#### Evolução da prevalência de segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave nos domicílios particulares – Brasil



Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

**São quase 117 milhões de pessoas nessa situação, sem acesso pleno e permanente a alimentos.** Mais da metade da população está em situação de insegurança alimentar, seja leve, moderada ou grave (fome). Dessa forma, o total passou de 36,7% dos domicílios, em 2018, para 55,2% no final do ano passado.

De 2013 a 2018, a insegurança alimentar teve aumento de 8% ao ano, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), ambas do IBGE. **Mas de 2018 a 2020, esse crescimento**

**acelerou, sobretudo na modalidade severa, e o total de pessoas com fome saltou de 10,3 milhões para 19,1 milhões.**

**Portanto, são 19,1 milhões de brasileiros que efetivamente passam fome, em um quadro de insegurança alimentar grave.**

**Em 2013, a proporção de pessoas em segurança alimentar chegou a 77,1%.** Em 2020, despencou para 44,8%. O levantamento demonstra a relação direta entre renda e fome: nos domicílios com renda familiar *per capita* acima de um salário-mínimo, não foi constatada insegurança alimentar grave.

#### **4.8. Perspectivas**

A catastrófica gestão da pandemia e da economia, mesmo após um ano do primeiro caso registrado, continua e deve continuar a definir a situação socioeconômica, ao menos, no primeiro semestre de 2021.

Nesse primeiro trimestre de 2021, além de uma série de notícias ruins, para além das mortes de mais de trezentos e trinta mil brasileiros, número que se destaca mundialmente e que muitas poderiam ter sido evitadas, acumularam-se problemas no ambiente econômico e a perspectiva de crescimento econômico para este ano pode estar comprometida, apesar das expectativas iniciais positivas de alguns.

Ressalte-se que as estimativas originais de crescimento para 2021 apontavam para uma variação positiva que sequer recuperaria o nível da atividade econômica de 2019, portanto na melhor das hipóteses a recuperação do período pandêmico apenas ocorreria em 2022.

O cenário econômico deverá trazer notícias ruins nas dimensões da atividade econômica, nível de preços, mercado de trabalho e, como não bastasse, um cenário internacional pressionado especialmente nos mercados internacionais de *commodities*, além de uma péssima imagem do Brasil. Assim, não será surpresa que até meados do ano o Brasil registre estagflação, ou seja, ausência de crescimento econômico (exceto para alguns setores), junto com considerável inflação ao consumidor.

Com o acirramento da pressão política é provável que o governo federal que, em algumas vezes, não se mostrou um fã da agenda liberal do atual ministro Paulo Guedes, especialmente em sua ala nacionalista, tente tornar-se intervencionista e procure aplicar medidas de impacto junto à população, como forma de recuperar popularidade e encaminhar uma situação mais favorável na entrada do ano eleitoral de 2022.

#### **5. O Brasil mudou**

As disputas de narrativas para os fatos políticos que acompanhamos recentemente, na América Latina, especialmente no Brasil, expressam muito bem uma natureza de mudanças e de multiplicidade, na qual notam-se diversos grupos – minorias e/ou majorias – vinculando temas e debates muito diferentes e sofrendo com uma simplificação bilateral da política (p. ex., direita *versus* esquerda), impedindo o avanço de suas pautas. Há, em muitos casos, um prejuízo à análise. Muitas vezes, as divisões

existem apenas no discurso, pois os processos políticos evidenciam a mesma prática e estão sob o mesmo sistema, o capitalismo, cada uma de sua forma.

Assim, a política requer outros atributos que não os vigentes na atualidade neoliberal. Pensar na divisão do espaço como um agir político e na multiplicidade como o estado atual dessa divisão, remete à complexidade das relações estabelecidas pela comunicação via *internet*, redes sociais e outras marcas de nossos tempos. Ora, se temos conhecimento dessas mudanças e sua multiplicidade, ela é uma questão política.

Houve uma emergência de atores e processos cada vez mais evidentes, tanto com seccionalidades como interseccionalidades, possibilitando, de um lado, melhores lutas identitárias, e doutro, a necessidade de uma ampliação das pautas em torno do social, com temas como democracia e participação. No caso brasileiro, porém, isto ocorreu dentro de um cenário de desigualdades e exclusões. Aqui, como em outros países da região, os excluídos não participam integralmente do sistema (são subintegrados), mas sustentam parte da ordem econômica e social. Contudo, a exclusão social foi intensificada pela concentração de renda, e da riqueza nas mãos de poucos. Há evidente frieza e insensibilidade de muitas das elites políticas num quadro em que a violência, uma das consequências das desigualdades, faz-nos um contraexemplo civilizatório.

Perdemos muito sentido e, da mesma forma, muito sentimento a respeito das diversas realidades que existem na conjuntura. Nas metamorfoses dessas realidades, perdemos as riquezas que elas contêm. Reduzimos as explicações ao mínimo porque, na maioria das vezes, não damos conta de suportar as distinções e reintegrar, num movimento dialético, as relações.

Para ficar num caso brasileiro, discutimos as filigranas da formação do Congresso Nacional em Brasília e desconsideramos as diversas manifestações políticas e de poder que estão subjacentes, pois que submetidos a nossa cegueira. Ou ainda a realidade dos Kayapó da região do Xingu, ou dos ribeirinhos de um dos rios amazônicos, ou do sertanejo da região do Seridó, ou dos operários de Camaçari, ou das vítimas de Mariana, ou dos professores da fronteira do Mato Grosso do Sul ou dos camponeses de Santa Catarina, na região de Lages... Não sabemos bem, todavia, como relacionar todas essas realidades.

Temos dificuldades com a liberdade, pois ela “terá sido episódica”. Quando a informação e a comunicação penetram por toda parte, sem deixar margem alguma ao mistério, destrói-se algo primordial para os relacionamentos humanos: a confiança. “A intensa exigência por transparência aponta precisamente para o fato de que o fundamento moral da sociedade se tornou frágil”, após o declínio de valores outrora bastante prezados como a honestidade e a sinceridade. Assim, vivemos numa “sociedade da desconfiança e ela suspeita que, em virtude do desaparecimento da confiança, agarra-se ao controle”.

Neste mundo conectado, com grandes redes e serviços que ligam pessoas sem constituir uma comunidade, a sociedade digital de controle é construída pela participação intensa dos sujeitos, aproveitando-se da liberdade destes, os quais têm uma necessidade de transparência que não limita a comunicação; pelo contrário, incentiva-a.

Temos obrigação de comunicar! Canais não faltam. Aliás, proliferam-se. E há uma audiência sedenta a ser abastecida de dados e de informação. Para comunicarmos-nos, fornecemos informações e somos alimentados pela análise estatística dessas informações. Com isso, obviamente, mais informação é gerada, haja vista que este é um bem que, ao ser consumido, mostra tendência a aumentar sua potência e comunicação.

Esse fenômeno é controlado por uma psicopolítica neoliberal que não é mais um poder disciplinar, de opressão, que age na coação, de forma obtusa sobre o corpo, mas é um poder inteligente, sedutor, prazeroso que explora o sujeito que se torna submetido a si mesmo e ao seu desempenho. Esse poder de exploração, advém de um controle que age na psique a partir de uma lógica de mercado que atua subjetivando. Tendo o desempenho otimizado e incentivado, a psicopolítica não precisa de coerções físicas ou cerceamentos, uma vez que o sujeito empreende a autocobrança, coagido por emoções que são o impulso para a ação.

A psicopolítica neoliberal quer o fluxo contínuo da comunicação, a instabilidade da emoção, não permitindo a reflexão, o racionalismo. Não somos, portanto, sujeitos livres, pois “O neoliberalismo, como mutação do capitalismo torna o trabalhador um empreendedor. Não é a revolução comunista, e sim o neoliberalismo que elimina a exploração alheia da classe trabalhadora. Hoje cada um é um trabalhador que explora a si mesmo para a sua própria empresa. Cada um é senhor e servo em uma única pessoa”.

As formas de comunicação, as plataformas digitais, alicerçadas em algoritmos poderosos, aproveitam-se do desenvolvimento tecnológico que possibilita o registro total da vida, onde a memória não é apagada nem depende de relações que vão sendo reestabelecidas com o passar do tempo. *Big Data*, tecnologia que coleta ações digitais, como cliques e interações, permite espiar as ações humanas e promover padrões coletivos de comportamento, criando sujeitos prisioneiros de dispositivos que definem classes de consumidores que podem excluir os não desejados ou não escolhidos para o consumo.

Assumindo que a construção do ser humano extrapola qualquer cálculo ou previsão, a libertação dessa programação e controle psicológico pode ser dada através de uma consciência herética que foge do consenso, capaz de uma espécie de profanação, isto é, negar a programação vigilante que é imposta. Criamos assim um desvio das doenças, das dores causadas por esse modo.

**O neoliberalismo transforma o cidadão em consumidor. A liberdade de ser cidadão dá lugar a passividade de consumidor.** O eleitor, nesse esquema, não tem interesse real pela política, pela formação ativa da comunidade. Ele apenas reage de forma passiva, criticando e reclamando, como o consumidor faz. Políticos e partidos seguem a lógica do consumo. Eles se degradam a fornecedores.

## 5.1. Política e cultura

Há uma difícil relação entre política e cultura no modelo da democracia brasileira. A democracia no Brasil é uma conquista relativamente recente e muito importante. Nunca é demais lembrar o valor de expressar livremente as próprias ideias, do direito de se associar e se reunir e quão fundamentais são as garantias básicas dos cidadãos contra ações arbitrárias do Estado. Embora muitos cidadãos brasileiros ainda

tenham de conviver com abusos de poder, desmandos e até mesmo tortura policial, a democratização do país tornou possível combater institucionalmente essas práticas e denunciá-las publicamente, para que possamos fazer do poder público algo a serviço do cidadão e não contra ele.

Mas não é apenas do ponto de vista dos direitos civis e do compromisso público do Estado que a democracia é importante. Pesquisa da ONU, que mede a qualidade de vida das populações por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), mostrou que, enquanto em 1980 o IDH do Brasil era de 0,545, em 2020 esse valor aumentou para 0,710. Isso significa que, nesse período que coincide com a democratização do Brasil, o país melhorou em itens como diminuição da mortalidade infantil, aumento da expectativa de vida, aumento do tempo médio de estudo e diminuição da desigualdade de renda. O fato de que isso se deu no período de redemocratização e consolidação da democracia não é mera coincidência. Isso mostra o quanto pode ter influência direta na vida de cada um a possibilidade de escolher representantes periodicamente pelo voto, acompanhar seu desempenho por meios de comunicação sem censura prévia e participar de atividades de pressão e fiscalização do poder público. De uma forma mais ampla, houve um tipo de “desenvolvimento” que trouxe mais oportunidades para superar a exclusão, por meio de uma inclusão, ainda que muito incipiente, todavia fundamental para outro horizonte sobre o país.

Nesse período, como um dos exemplos de avanços, os regimes democráticos na América Latina e nas Constituições de seus países trouxeram consigo alguns instrumentos de promoção da democracia direta. A busca era, como é, a ampliação dos poderes da sociedade civil organizada. A democracia direta existe quando o conjunto de membros de uma comunidade concorre pessoalmente na tomada das decisões políticas. Claro que a aplicação desses mecanismos por vezes é realizada de maneira subvertida. São empregados no sentido de minimizar as atribuições que têm a cidadania como depositária da soberania nacional, levando a situações em que a democracia não mais é representativa, mas sim delegativa.

Nesta “democracia delegativa”, os eleitores enxergam o Presidente da República (ou a classe política) como depositário exclusivo de toda legitimidade democrática. Consequentemente, a ele (ou a classe política) delega-se o direito e a obrigação de resolver todas as questões nacionais como bem lhe for conveniente. Desse modo, o chefe do Poder Executivo coloca-se acima de partidos políticos e movimentos sociais, incentivando uma democracia majoritária, porém delegativa.

A Constituição brasileira, de 1988, surgiu a partir de um amplo movimento progressista, num momento de redemocratização do país. Hoje, precisamos aprofundar os alicerces da democracia brasileira. Isso significa pensar sobre o Estado que queremos: um Estado público e democratizado com exercício pleno de cidadania.

Este Estado público e democratizado só é possível por meio de uma maior participação cidadã, mobilização popular e controle social. A radicalização da democracia se dá a partir do aprofundamento e do aperfeiçoamento de uma cidadania consciente, ativa e intensa. Neste contexto, apenas para ficar em um dos fatores, são passos fundamentais a repolitização das várias formas de comunicação e da informação, diante de um cenário de manipulação casuística. Vivemos em tempos de muitas informações, mas com pessoas cada vez mais desinformadas!

Diante deste quadro, a questão mais gritante que surge, para a relação entre a atual realidade histórica, a cultura e a política, é a tensão de uma cultura de participação e de presença na sociedade, com suas características e idiossincrasias.

Nas relações sociais brasileiras, persiste uma cultura da dádiva, que é a expressão política de uma das muitas desigualdades sociais. Ela decorre da relação de mando/subserviência cuja manifestação primeira se deu no âmbito do grande domínio territorial que configurou a sociedade brasileira nos primeiros séculos de sua formação, foi fortalecida pelo modo de produção escravista, e sofisticada na economia periférica capitalista que até hoje assola a sociedade, dentre outros fatos geradores.

A cidadania concedida, que está na gênese da construção de nossa cidadania, está vinculada, contraditoriamente, à não-cidadania do homem livre e pobre, o qual dependia dos favores do senhor territorial, que detinha o monopólio privado do mando, para poder usufruir dos direitos elementares de cidadania civil. O rompimento com essa cidadania concedida deu-se apenas com o amplo processo de expulsão do trabalhador rural para fora do grande domínio territorial nos idos dos anos de 1960. À abolição da escravatura, que poderia ser um marco para esse rompimento, seguiu-se o compromisso coronelista, ou, mais genericamente, os mecanismos de patronagem e clientelismo que marcaram toda a nossa Primeira República, contribuindo para perpetuar as bases sociais da cidadania concedida.

A cultura política brasileira ainda funciona como uma espécie de cimento das relações de mando e subserviência, que fornece a base para a continuidade de tais relações, as quais, por sua vez, são associadas à cultura da dádiva.

As experiências de transição contemporâneas, em particular naqueles países com escassa tradição constitucional, têm levado os analistas a sugerir uma inversão da causalidade da relação entre cultura política e democracia. Em vez de postular a primeira como condição, ou variável independente da segunda, nos moldes dos estudos clássicos sobre a “cultura cívica”, sugere-se que esta última pode ser tomada como resultante do tipo de democracia implantada.

Dessa forma, os estudos sobre as transições democráticas abandonaram a ideia de que os fatores culturais são determinantes da democracia, mas continuam a considerá-los como relevantes para a consolidação democrática. Essa inversão do sentido da causalidade, quando as condições da democracia passam a ser vistas como seus produtos, levou analistas a desenfatarem os parâmetros estruturais em favor das escolhas estratégicas de atores politicamente relevantes.

No limite, a relação instituições-cultura política pode se configurar como irrelevante. Afinal, para muitos, a cultura só tem relevância na prática política quando está inserida em instituições. Contudo, os hábitos democráticos não existem no vácuo, mas são apreendidos e reforçados através da participação na cidadania. Por outro lado, os distintos desenhos institucionais refletem diferentes ideais de democracia. Na análise política contemporânea, a disjuntiva instituições-valores se expressa na oposição entre perspectivas centradas nos fundamentos, racionais e autorreferidos, da ação individual, por um lado, e por outro, abordagens culturalistas críticas do individualismo metodológico. Contudo, as contribuições mais fecundas, teórica e empiricamente, têm sido aquelas em que interesses e valores são combinados na explicação do comportamento individual.

Da mesma forma, se o fim da competição bipolar no contexto mundial eliminou ameaças exógenas à democracia, não criou necessariamente as condições endógenas para a sua permanência. A literatura tem sido pródiga em adjetivar as novas democracias: “delegativa”, “frágil”, “de fachada”, “democradura”, em uma clara indicação da provisoriedade e incompletude desses regimes. Não apenas nada garante que não possa ocorrer uma regressão ao *status quo ante*, como, em casos como o brasileiro, a eliminação das tradicionais instituições e práticas do regime autoritário não evitou os altos níveis de autoritarismo, patrimonialismo e elitismo que caracterizam o estilo de fazer política no país.

A questão deriva da (in)compreensão processual da democracia (que se distingue da democracia formal por seu caráter substantivo) e a relação multifacética da cidadania com o tema das desigualdades e exclusões em um país em que estas acontecem cotidianamente na vida de pessoas, grupos e comunidades. E, da mesma forma, no campo do que chamamos de cultura e do que designamos como educação. Ora, a democratização das relações sociais, para além da esfera política, não é condição, mas uma das consequências eventuais do funcionamento habitual e do fortalecimento das instituições poliárquicas. E da sanidade política e até da saúde mental!

Da mesma forma, a cultura democrática é consequência da operação habitual das instituições democráticas e não causa ou antecedente de um regime com aquelas características. Ao contrário, na definição maximalista da consolidação prevalece uma concepção ampla de cidadania, no sentido de igualdade de participação e influência na esfera pública e na distribuição dos bens públicos. Em oposição à ênfase nas instituições políticas característica da definição processual, é concedida prioridade à democratização da sociedade e às relações entre o Estado e os atores sociais.

Nesse contexto, destaca-se um elemento comum que está vicejando nos tempos atuais: uma paixão pela ignorância! Alguns têm denominado de anti-intelectualismo, o ódio à inteligência, ao conhecimento, à ciência, ao esclarecimento, ao discernimento *etc.* Ele funciona como algo antes velado que está se concretizando em comportamentos, perspectivas e realizações cada vez mais presentes em nosso cotidiano. O lugar do saber é um lugar de poder, interessante para muitos e excludente de tantos mais, decorrente do uso elitista do conhecimento. Todavia, cresceu muito o uso elitista da ignorância, como uma segunda forma de exercer o poder, como forma de manipulação do campo do saber. A paixão pela ignorância é, também, um ódio à inteligência, um desejo de seu apagamento por conta de uma cegueira optada e decidida por pessoas e instituições. E silenciada.

Há, dividindo espaço com opressões próprias ao campo do saber, um estranho ódio ao saber em sua forma crítica e desconstrutiva. Um ódio que se relaciona com a ameaça libertária do saber, um saber capaz de desmistificar, de contrastar certezas e de desvelar a ignorância que serve de base para todos os preconceitos. O pensamento e a ousadia intelectual tornaram-se insuportáveis para muitas pessoas chegando a um nível institucional e, não raro, acabam excluídos ou mesmo criminalizados.

## **5.2. Educação e pandemia**

Há dificuldades na educação e na cultura em nosso país. Mesmo quando se considera comparativamente com os demais países latino-americanos, temos uma considerável desvantagem nos campos mais formais (educação pública, universidades *etc.*), bem como numa certa tradição de desvalorização dos saberes populares e tradicionais, orais e (as)sistemáticos que, de uma forma ou de outra, caracterizam o modo dominante de nossas relações humanas e sociais. Mas, se esta realidade esteve no campo das relações sociais e políticas brasileiras, juntou-se uma sociedade da (des)informação, numa esfera pública que vem, cada vez mais, reduzindo-se com o impacto da pandemia.

A consciência de viver em um mundo aberto, pluralista e desagregado fez com que instituições educacionais e culturais tradicionais entrassem numa espiral onde o antigo monopólio sobre a difusão de conhecimentos socialmente relevantes não é mais verdadeiro. Explodiu o acesso a muitos outros meios que abrem distintos universos culturais. A cultura e a educação se tornaram menores. Essa perda do monopólio criou um sentimento de diminuição da legitimidade e da influência da escola e dos professores, por exemplo, justamente quando os aparatos educacionais e escolares têm tanto poder e tanta influência sobre o destino de cada um, como jamais tiveram antes.

Houve uma perda do respeito pelo mundo da cultura e da educação, o maior alicerce da esfera pública. Num movimento recíproco, a decadência da esfera pública e a crescente ausência de respeito aprofundaram seus condicionamentos em um mergulho escandaloso.

Na pandemia, contudo, o que já estava em crise piorou muito. Conseguiu-se a aprovação do novo Fundeb, mas o caos também se instalou em muitas realidades. Como fundamento, a ausência de liderança e as dificuldades de gestão do MEC, já observadas em 2019, aprofundaram-se em 2020 e agravaram o quadro. É o caso da política para a Educação Básica, pactuada com estados e municípios, e central para a melhoria da qualidade da Educação e a redução de desigualdades educacionais. Em 2020, em função dos desafios impostos pela pandemia da COVID-19, ficou evidente a sua importância e, sobretudo, a sua ausência. Não houve avanços significativos na coordenação nacional e no redesenho da governança entre União, estados e municípios. Para piorar, as ondas de contaminação e a propagação do coronavírus trouxe um conjunto de movimentos de abertura e fechamento das escolas que só piorou o quadro.

### **5.3. Bolsonaro e Bolsonarismo: um entrave para a superação da crise**

Vivemos a experiência de um governo de extrema-direita. Para compreendê-lo é preciso refletir sobre as tendências autoritárias estruturais que estão incrustadas na sociedade brasileira desde o período escravocrata e que nunca foram superadas.

A sociedade brasileira conviveu e naturalizou múltiplas formas de violências estruturais, conforme observado no texto-base da Campanha da Fraternidade de 2018. Os discursos e as práticas violentas estruturadores da nossa sociabilidade agradam parte do povo brasileiro e podem indicar um dos motivos que possibilitaram a eleição de Jair Bolsonaro e sua manutenção no poder.

A transição democrática da década de 1980 não tratou de reformar nossos sistemas de justiça criminal e de segurança pública. Somos conhecidos como um dos



poucos países que, tendo vivido uma ditadura, não constituiu uma verdadeira justiça de transição à democracia.

Consideremos, ainda, o esgotamento do modelo da “Nova República” e certos vícios do sistema político como elementos explicativos para o atual cenário político.

A partir destas breves considerações, analisemos a figura, para muitos messiânica, de Jair Bolsonaro, diferenciando-o do que vem sendo denominado de bolsonarismo.

Segundo o portal Deutsche Welle (DW Brasil) da Alemanha, “o bolsonarismo, como a nova extrema-direita na Europa e nos Estados Unidos, não “caiu do céu”, mas tem uma história por trás; tem uma lógica interna e busca seus objetivos”. Essa publicação identifica cinco pilares do pensamento bolsonariano, alguns genuinamente brasileiros, outros pertencentes ao cerne da mentalidade da nova extrema-direita internacional.

a. **Militarização:** há mais generais no governo Bolsonaro que no governo da Venezuela. Mais militares em postos-chave da administração federal que no período ditatorial. Bolsonaro planeja construir centenas de escolas militares. O fascínio por armas expressa, entre outros, a face militarizada do bolsonarismo. Acrescente-se aqui a relação estreita de Jair Bolsonaro, sua família e do bolsonarismo com as polícias e as chamadas milícias.

b. **Bolsonaro como executor da vontade do povo:** para bolsonaristas, o que Bolsonaro quer é aquilo que o povo quer. Por isso a frustração bolsonarista em conviver com os outros Poderes da República. Bolsonaro é como seus colegas Erdogan, Putin, Orbán e o então presidente Trump que ou desativaram o Parlamento e a Justiça ou estão em constante conflito com eles.

c. **Messianismo:** há um componente pseudorreligioso, expresso no culto de Bolsonaro como o Messias do Brasil. Para sua claqué, Bolsonaro é o “salvador da pátria”. Ele mesmo se vê como aquele que “salvou o Brasil do comunismo”. Foi por isso que Deus salvou sua vida após o atentado a faca. Aqui entra em cena a perigosa relação do bolsonarismo com o cristianismo, principalmente com os segmentos neopentecostais do catolicismo e do universo evangélico. São grupos fundamentalistas, baseados na teologia da prosperidade (que é um bálsamo para o neoliberalismo) e na teologia do domínio (assentada no pressuposto de que o domínio da terra foi usurpado pelo diabo que, no delírio obscurantista de certos grupos religiosos, são os comunistas, esquerdistas, socialdemocratas, cientistas, progressistas, feministas, movimento LGBTQI+ *etc.*); ou seja, Bolsonaro usurpa da pauta moral e de costumes para suscitar engajamento e adesão dos bolsonaristas nas redes sociais ultraconservadoras e fundamentalistas.

d. **Hostilidade a ciência:** aqui há uma ligação entre obscurantismo religioso e científico. Fica evidente o negacionismo dos bolsonaristas em relação à pandemia, às mudanças climáticas e às políticas ambiental (Ricardo Salles), do ex-ministro das Relações Exteriores (Ernesto Araújo, um católico olavista), Educação (Milton Ribeiro, um pastor presbiteriano) e da Mulher, Família e Direitos Humanos (Damares Alves, pastora evangélica neopentecostal). Neste item destacam-se as interfaces entre religião, pautas moralistas e de costumes e o chamado núcleo ideológico do governo.

e. **Anticomunismo:** mais um aspecto do bolsonarismo onde há estreita relação com discursos religiosos fundamentalistas, Bolsonaro encarna também um preconceito de caserna segundo o qual o comunismo é um perigo para o Brasil (como ocorreu na antevéspera do golpe militar de 1964).

Para o jornalista Cesar Calejon, o bolsonarismo também guarda estreita relação com o que ele chama de lavajatismo: “Isso porque ambos os movimentos possuem um aspecto em comum: atuam para reduzir o debate público e promover a mudança social de forma despolitizada.

Fundamentalmente, esse é o projeto que o bolsonarismo vem elaborando no Brasil e foi o caminho trilhado pela Lava Jato – conforme demonstram, explicitamente, as gravações reveladas recentemente – mais os seus aliados para destituir o PT da chefia do Poder Executivo e impedir o ex-presidente Lula de concorrer às eleições presidenciais de 2018, o que constituiu as condições ideais para a ascensão do próprio bolsonarismo no Brasil e que, também, vai ao encontro perfeito do *modus operandi* dos partidos mais fisiologistas da política nacional, os grupos de extrema direita que foram intitulados ‘centrão’: a ausência do debate, de conteúdo programático, de ideologia clara e coerente e da possibilidade de promover a emancipação popular por meio da política de qualquer maneira. Trata-se da busca do poder pelo poder, sem quaisquer outros parâmetros ideais, morais ou científicos”.

A questão política e o uso do combate à corrupção, contudo, não permite que se jogue fora o bebê junto com a água do banho. Há muito em jogo. A dimensão estrutural do controle da corrupção é, na verdade, um problema do controle do poder. Esta afirmativa coloca o alcance e, ao mesmo tempo, a ambivalência de todo e qualquer movimento no campo dos sistemas institucionais do Brasil para realizar esta tarefa. A solução não está na “pureza” dos incorruptíveis, ou apenas na “moralização” da vida pública. Isto é pouco, para não dizer improvável. O problema é que no caos e no conflito ganham sempre os mais fortes e os mais brutos.

Os limites institucionais e jurídicos, típicos de qualquer sistema, apresentam também uma série de desafios e sugestões para manter a luta pelo controle da corrupção pública como parte de uma agenda. Há uma relação muito forte entre corrupção e exclusão social ou entre corrupção e desigualdade: quanto maior a exclusão social – nos setores subintegrados, formados por “sub cidadãos”, aquém das leis e da Constituição –, tanto maiores são as possibilidades de ampliação da corrupção, especialmente nos setores sobre integrados, no qual estão presentes “sobre cidadãos”, que vivem além ou acima das leis e da Constituição.

Nesse sentido, a luta contra a “corrupção” faz parte de movimento dirigido à inclusão social e ao fortalecimento da cidadania. Portanto, em princípio, as críticas às ações judiciais, às atividades do ministério público e às investigações da polícia federal destinadas ao combate à corrupção em uma perspectiva de um Estado constitucional e democrático, orientado pelo princípio da igualdade, devem ser separados do espetáculo e das narrativas heróicas. De certa maneira, é constrangedor para muitos que deram apoio político e eleitoral constatar que membros de um determinado governo estiveram envolvidos em corrupção. Ou estarão. Entretanto, o combate à corrupção no Estado democrático de direito não deve ser realizado mediante violação à Constituição e à lei, de maneira arbitrária, como nos regimes autoritários e totalitários, cuja aparente pretensão de banir a corrupção a todo custo, em vez de extingui-la e “purificar” o país, redundando usualmente em novas formas de corrupção. Exige-se dos agentes públicos no Estado constitucional, que combatam a corrupção nos termos da lei e da Constituição. Isto pode parecer uma tautologia. Mas, no Brasil é uma advertência obrigatória. Ninguém está acima da lei e da Constituição. Esta é a garantia mínima.

Importante destacar, ainda, que Bolsonaro e o bolsonarismo utilizam do discurso religioso para manter mobilizada suas bases sociais mais radicais e os segmentos religiosos que apoiam seu governo.

#### **5.4. O fator Lula no cenário político, a “crise militar” e seus desdobramentos**

Recentes decisões do Superior Tribunal Federal (STF), sobre o ex-juiz Sérgio Moro na condução dos processos contra o ex-presidente da República, representaram uma virada no cenário eleitoral e político nacional. Em síntese, o colegiado da segunda turma do STF decidiu que Moro foi parcial, portanto, processualmente todos os seus atos serão anulados e o julgamento segue em análise. Mas o efeito mais significativo foi o retorno de Lula para a corrida eleitoral, uma vez que seus direitos políticos foram reestabelecidos e os impedimentos legais da Lei da Ficha Limpa perderam seu objeto.

É notória a mudança política do governo federal após o anúncio dos julgados a favor de Lula. O denominado “fator Lula” gerou uma mudança perceptível do Planalto que fez um movimento para ampliar sua força política atraindo mais o denominado “Centrão”. A manifestação de empresários, banqueiros e intelectuais publicada em vários jornais e na mídia nacional, propondo uma forte crítica ao apoio de parte do setor produtivo ao governo, criticando a falta de rumos e o improvisado no enfrentamento do colapso histórico e simultâneo em vários estados, também repercutiu nas estratégias governamentais.

Entretanto, há uma proximidade entre o atual governo e setores das políticas que tem agravado as tensões sociais e políticas. No domingo 28 de março, o soldado Wesley

Soares foi morto por agentes do Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope) após horas intensas de negociações sem sucesso. Pouco antes de ser atingido, ele disparou com um fuzil pelo menos dez vezes contra agentes que cercavam a área do Farol da Barra, em Salvador. Os dias seguintes foram marcados pela reação de líderes de vários partidos, entidades e governadores contra o que se tornaria uma crise sem precedentes na história recente de nossa República, no período pós-Constituição de 1988.

O líder do governo na Câmara dos Deputados, major Vitor Hugo, tentou emplacar em regime de urgência um projeto de lei que ampliava o conceito de Mobilização Nacional para aumentar os poderes do presidente da república, mecanismo sem previsão constitucional, e que foi entendido com uma tentativa do presidente de fechar o regime. Este entendimento foi ampliado pelos pronunciamentos dele, que seguidamente criticava as medidas sanitárias tomadas pelos governadores.

Construiu-se, nesse contexto, uma “crise militar” seguida pela “demissão” do Ministro da Defesa e em seguida a renúncia de três comandantes das forças armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica). A imprensa, em geral, tem atribuído esta saída a uma opção dos militares pela ordem democrática e uma possível negativa contra uma proposta de Estado de Sítio.

É pouco provável, pelo cenário político internacional, que Bolsonaro consiga um golpe de Estado, mesmo disfarçado. Um indicador importante para demonstrar a impossibilidade desse gesto seria sua baixa popularidade (em queda conforme pesquisas recentes), e pouca adesão popular aos atos do dia 31 de março, amplamente difundido, nas redes sociais militares.

Os militares ocupam o governo. Seus postos segundo levantamento do TCU chegam há 6.000 militares e mais de 342 em postos de gestão. Logo, a substituição dos comandantes militares não significa menos apoio ao governo. O denominado “partido militar” está sentindo a crise sanitária e pode, querer com esta narrativa de opção dos militares pela democracia, ser um movimento de afastamento da crise sanitária diante do total desabastecimento de insumos, vacinas, leitos e planejamento.

A possível “crise militar”, portanto, não é um basta, mas uma sinalização de que a situação é delicada, fez surgir outras manifestações de *impeachment* contra o presidente e uma repercussão negativa do país na imprensa internacional, apontando que o governo federal é um dos fatores para o agravamento da pandemia no mundo, uma vez que o Brasil passou a ser o epicentro da infecção no globo. E que diante da intensidade e do estágio da infecção, o vírus pode ter variantes que tornem o esforço global ainda mais complexo.

## **6. Conclusões**

Independentemente dos posicionamentos políticos e das ideologias, os governos dos países que estão conseguindo proteger melhor as suas populações tiveram atitudes rápidas e preventivas, confiaram na ciência, buscaram unidade política nacional no enfrentamento à doença e se comunicaram com a população com transparência e coerência.

No Brasil, o comportamento do Governo Federal e do Presidente da República, em particular, foi o oposto. Desde o início da epidemia, o governo brasileiro tem adotado uma postura equivocada de subestimação da doença e de desprezo com o sofrimento da população. Se pudéssemos resumir em atos e frases os seus principais posicionamentos:

- a) Minimizou a doença e desrespeitou as vítimas – “fantasia”; “não é isso tudo que a grande mídia propaga”; “histeria” (sobre a preocupação com a propagação); “depois de uma facada, não seria uma gripezinha que vai me derrubar”; “não sou covão”; “sou Messias, mas não faço milagres;
- b) Descumpriu o isolamento social, o uso de máscaras e incentivou o uso de medicamentos sem eficácia científica comprovada – participou de manifestação e provocou aglomerações; posicionou-se permanentemente contra o isolamento social e o *lockdown*; realizou aparições públicas sem máscara;
- c) Realizou uma má gestão da área da saúde – trocou quatro ministros em plena pandemia, dificultando a gestão da saúde pública; divulgou dados errados e omitiu informações; não atuou para criar uma unidade nacional de combate à pandemia;
- d) Criou desavenças com governadores, prefeitos e instituições da sociedade civil.

Podemos afirmar, sem medo de cometer injustiças, que muitas mortes e sofrimento de famílias poderiam ter sido evitados. Esse desgoverno e a situação histórica de desigualdade social brasileira refletida na sua imensa parcela de população em situação de pobreza tornaram-se os principais ingredientes dessa dramática crise sanitária, econômica, humana, social e política.

A situação de catástrofe que estamos vivendo tem exigido a adoção de medidas rigorosas de controle e prevenção em relação à pandemia e seu alastramento. Os trabalhadores da linha de frente da saúde precisam ser apoiados, reforçados e protegidos porque vivem uma situação prolongada de esforço e pressão psicológica. O distanciamento social e o uso de máscaras precisam ser tomados como política nacional. E, para levar tudo isso adiante, necessitamos de um verdadeiro pacto nacional para unificar o país na superação da pandemia.

A sociedade civil, especialmente a partir de diversas articulações, enfrentou os desafios da pandemia com propostas concretas. As manifestações do *Pacto Pela Vida e Pelo Brasil*, com a liderança da CNBB, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Comissão Arns, da Academia Brasileira de Ciências, da Associação Brasileira de Imprensa e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, têm oferecido caminhos para o enfrentamento da crise brasileira. As centrais sindicais e diversos setores, grupos de interesse, empresários e economistas também. A síntese das posições é:

- a. Vacinas e vacinação com a maior velocidade possível;
- b. Distanciamento social e, quando necessário, medidas mais duras de construção;
- c. Auxílio emergencial e medidas de proteção dos empregos, inclusive com iniciativas complementares de proteção da renda das famílias pelos Estados.

Ainda nesse sentido, a CNBB, por meio do *Pacto Pela Vida e Pelo Brasil*, manifestou-se: “A ineficiência do Governo Federal, primeiro responsável pela tragédia que vivemos, é notória. Governadores e prefeitos não podem assumir o papel de cúmplices no desprezo pela vida. Assim, apoiamos seus esforços para garantir o

cumprimento do rol de medidas sanitárias de proteção, paralelamente à imunização rápida e consistente da população. Que governadores e prefeitos ajam com olhos não só voltados para os seus estados e municípios, mas para o país, através de um grande pacto. Somos um só Brasil.”

É neste quadro, de fome, doença e de desgovernos que somos convidados à experiência de propor mais unidade e uma profunda e resistente união do coro dos lúcidos, expressão tão precisa quanto necessária, suscitada pelo *Pacto Pela Vida e Pelo Brasil*. O Povo de Deus necessita de um compromisso e de mais comprometimentos. Diante das diversas tensões que estão presentes em toda a complexa realidade brasileira, o caminho é construir pontes e diálogos, tarefa dos cristãos e de todos de boa-fé.